



**Senado Federal**  
Subsecretaria de Informações

Data      Link  
22/01/1946 Referência

/FONT>

**DECRETO-LEI N. 8.779 – DE 22 DE JANEIRO DE 1946**

Cria, anexa à Faculdade de Medicina da Bahia, a Escola de Enfermagem e Serviços Sociais, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e Considerando dever ser instalado e inaugurado, no corrente ano, o Hospital da, Faculdade de Medicina da Bahia; Considerando ser o referido Hospital uma das maiores e mais justas aspirações do ensino médico do país; Considerando, ainda, as elevadas finalidades de assistência social que desempenhará o referido Hospital:

Considerando, finalmente ser a cola de enfermagem e de serviços sociais um dos organismos complementares já previstos para o referido Hospital,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica criada, anexa à Faculdade de Medicina da Bahia, Escola de Enfermagem e Serviços Sociais, subordinada ao respectivo Diretor.

**Art. 2º** Caberá ao Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade estabelecer o currículo das disciplinas, nos moldes da Escola Ana Néri, bem como o regime didático e as condições. Parágrafo único. A regulamentação do curso e o regimento interno da Escola serão oportunamente baixados, de acordo com a legislação do ensino em vigor.

**Art. 3º** A matrícula e a frequência às aulas da Escola de Enfermagem Serviços Sociais serão inteiramente gratuitas.

**Art. 4º** As aulas e exercícios escolares serão ministrados pelo pessoal docente da Faculdade de Medicina da Bahia, e, em casos especiais, técnicos para esse fim admitidos, forma, da legislação vigente, observado o critério das especializações.

**Art. 5º** Ficam criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, o cargo, em comissão, de Superintendente, padrão J, e função de Secretário, com a gratificação anual de Cr\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos cruzeiros).

**Art. 6º** Os professores designados para, ministrar o ensino na Escola de Enfermagem e Serviços Sociais receberão honorários, por horas de aulas, estabelecida a seguinte limitação em cada ano letivo :

180 horas, a Cr\$ 80,00 14.400,00

180 horas, a Cr\$ 70,00 12.600,00

180 horas, a Cr\$ 60,00 10.800,00

180 horas a Cr\$ 50,00 9. 000,00

**Art 7º** Para atender às despesas com a execução do presente Decreto-lei fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 204.600,00 (duzentos e quatro mil e seiscentos cruzeiros sendo Cr\$ 64.600,00 (cento e sessenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) para Pessoal e Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) para Material.

**Art 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1946, 125º da Independência e 58º da República.

**JOSÉ LINHARES.**

Raul Leitão da Cunha.